

XVII Congresso Brasileiro de Sociologia

20 a 23 de Julho de 2015, Porto Alegre (RS)

Grupo de Trabalho: Desigualdade e Estratificação Social

Título do Trabalho: Mensurando a Estratificação por Status no Brasil: uma escala de proximidade social criada a partir dos dados da PNAD (IBGE).

Autor: André Ricardo Salata

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Professor Adjunto).

1. INTRODUÇÃO¹

Uma das características principais da abordagem Weberiana sobre as desigualdades, que a distingue da perspectiva Marxista (Scalon, 1999; Grusky, 2008), é o reconhecimento de múltiplas dimensões através das quais este fenômeno se estrutura. Enquanto que para Marx as desigualdades na sociedade moderna se estruturariam essencialmente através das classes, em Weber encontramos a possibilidade de a sociedade estratificar-se também por status.² Trata-se, portanto, de uma abordagem multidimensional da estratificação e desigualdades sociais.

Apesar de ser esta uma concepção fundamental, e bastante conhecida, na obra de Weber, infelizmente nas últimas décadas pouca atenção tem sido dada à mesma, de modo que os estudos sobre desigualdades - mesmo entre aqueles autores considerados Weberianos - têm conferido primazia à estratificação por classes (Wright, 1989; Goldthorpe, 2000), ou, mesmo quando trazem a ideia de status para seu campo de análise, o fazem distorcendo seu significado (Blau e Duncan, 1967; Treiman, 1977), ou então procurando reduzi-la a um epifenômeno das desigualdades materiais (Bourdieu, 2008).

Somente nos últimos anos é que uma nova abordagem vem sendo desenvolvida (Chan; Goldthorpe, 2004, 2007), buscando resgatar a ideia de status, seu significado original - conforme encontrado nos textos de M. Weber -, e sua distinção analítica em relação à divisão por classes.

Neste trabalho iremos aplicar essa nova abordagem pela primeira vez para o Brasil, buscando verificar se podemos encontrar atualmente uma ordem de status bem definida no país, e quais seriam suas características e propriedades. Basicamente, seguindo os passos indicados por Chan e Goldthorpe (2004, 2007), desenvolveremos uma nova escala de status para o Brasil através das informações ocupacionais dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) de 2013.

¹ Este texto é uma versão resumida, recortada e bastante simplificada do trabalho completo, que será apresentado no XVII Congresso Brasileiro de Sociologia.

² Os partidos, interessados essencialmente na conquista do poder através do Estado, formariam uma terceira dimensão da estratificação (Weber, 1953).

2. STATUS E SUA MENSURAÇÃO

Max Weber costumava tratar a estratificação como produto da divisão de poder em uma sociedade. A estratificação por classes, nesse sentido, seria um fenômeno da divisão de poder econômico, e distribuiria os indivíduos de acordo com os recursos que estes possuem a fim de obter retornos no mercado. Poderíamos, assim, falar de "grandes proprietários", "pequenos proprietários", "trabalhadores qualificados", "trabalhadores não qualificados" etc., como distintas classes, cada uma agregando indivíduos com diferentes chances e oportunidades econômicas.

A essa primeira dimensão da estratificação, por classes, Weber acrescenta uma segunda dimensão, a do status. Diferentemente da primeira, a estratificação por status não diria respeito à distribuição de poder econômico, mas sim de poder social. Trata-se, aqui, da distribuição de prestígio e/ou honra, em uma comunidade, que esteja relacionada à alguma(s) característica(s) compartilhada(s) por uma pluralidade de indivíduos. Tais características poderiam ser adscritas, como cor, gênero, idade, origem social etc., ou então alcançadas, como escolaridade, ocupação, rendimentos etc.

A estratificação por status, segundo Weber, se manifestaria principalmente através dos diferentes estilos de vida e das redes de relações sociais, em especial as relações mais íntimas, como amizade e matrimônio. Normalmente pessoas de status social mais elevado tenderiam a se relacionar com outras pessoas de status também elevado, restringindo o contato com indivíduos de menor prestígio social. Indivíduos de menor status, por sua vez, apresentariam a tendência de se relacionar com outras pessoas também de baixo status, sendo limitado seu acesso aos círculos mais íntimos dos grupos de prestígio social elevado.³

Tal escala de poder e/ou reconhecimento social adquire tons mais claros em determinados contextos sociais e históricos. Nas chamadas sociedades modernas, dado o desenvolvimento da ideia de igualdade básica entre os indivíduos (Marshall, 1950), essa hierarquia tenderia a se tornar menos visível, e até certo ponto reprovável. De todo modo, mesmo que de maneira menos

³ Max Weber denominava esse processo de *social closure*.

declarada, é provável - e, até certo ponto, atestado - que ainda podemos encontrar hierarquias de status, ou seja, desigualdades de honra e/ou reconhecimento social, mesmo nos países economicamente mais avançados (Chan, 2010).

É importante lembrar, ainda, que aquela separação elaborada por Weber, entre classe e status, seria apenas analítica e conceitual, já que na realidade essas duas dimensões da estratificação estariam comumente relacionadas, exercendo influência mútua uma sobre a outra. O reconhecimento desta distinção possibilita ao pesquisador analisar separadamente cada uma daquelas dimensões da estratificação, assim como suas causas, processos e consequências típicas. Possibilita também tomar como variável, de acordo com o contexto histórico investigado, o princípio de estratificação dominante em uma determinada sociedade. Por fim, permite ainda o exame das diversas maneiras através das quais classe e status podem estar relacionados, influenciando-se mutuamente.

Para que estas possibilidades, abertas pela distinção conceitual elaborada por Weber, sejam aproveitadas, é necessário contarmos com instrumentos empíricos capazes de fornecer informações a respeito daquelas diferentes dimensões da estratificação.

3. UMA ESCALA DE STATUS PARA O BRASIL

A construção da escala de status, conforme proposta por Chan e Goldthorpe (2004), envolve quatro passos. Primeiro é necessário agregar as informações ocupacionais em categorias maiores. Esta etapa varia de país para país, já que em diferentes países há diferentes classificações ocupacionais.⁴ Além disso, os critérios para essa agregação também são flexíveis, pois dependem de uma série de fatores, como o tamanho da amostra e a distribuição dos casos através das ocupações. De todo modo, o objetivo geral é conseguir definir um sistema de agregação que gere categorias as mais internamente homogêneas

⁴ No caso do Brasil, o IBGE toma a CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) como critério - com modificações pontuais - para classificar as ocupações das PNADs desde 2002.

possíveis, mas que tenham também uma quantidade de casos suficientemente grande para permitir a análise.

O principal pressuposto desta metodologia é o de que as informações ocupacionais são relevantes do ponto de vista das hierarquias sociais (Chan e Goldthorpe, 2004). Seja pela natureza das tarefas que cada ocupação impõe ao indivíduo, seja pelos atributos (como educação ou rendimentos, por exemplo) normalmente encontrados entre aqueles que desempenham tais tarefas, acreditamos ser difícil rejeitar tal pressuposto. Além disso, a maior parte da literatura contemporânea sobre estratificação social, em suas mais diversas abordagens, parece concordar com a centralidade das ocupações na sociedade moderna (Goldthorpe, 2000; Wright, 1989; Blau e Duncan, 1967; Weeden e Grusky, 2004).

Dado o elevado número de casos da PNAD - ao menos quando comparado com amostras de locais como o Reino Unido -, conseguimos agregar as ocupações em 36 categorias de tamanho suficientemente grande para permitir nossa análise.⁵ Nosso critério mais geral foi o de respeitar a CBO, agregando as ocupações para sua versão de dois dígitos. Posteriormente, dado o tamanho elevado ou insuficiente de algumas das categorias, e respeitando o critério da natureza das ocupações, fizemos alguns ajustes.⁶

Na tabela abaixo nós temos a descrição das categorias ocupacionais com as quais trabalhamos e a composição das mesmas - segundo os códigos da CBO -, assim como sua participação percentual no total da população ocupada:

⁵ No caso da Inglaterra, por exemplo, foram utilizadas 31 categorias (Chan e Goldthorpe, 2004).

⁶ Nenhum critério externo, como renda ou escolaridade, foi utilizado nesse processo.

Tabela 01 - Descrição das Categorias Ocupacionais

Número	Títulos	Composição (CBO)	%
1	Militares das forças armadas	100-300	0,36
2	Policiais e bombeiros	401-513	0,54
3	Membros superiores e dirigentes do poder público	1111-1140	0,29
4	Dirigentes de empresas e organizações	1210-1230	1,30
5	Gerentes de produção e operação	1310	2,21
6	Gerentes de áreas de apoio	1320	1,30
7	Profissionais das ciências exatas, física, engenharia e afins	2011-2153	1,03
8	Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins	2211-2237	1,34
9	Profissionais do ensino	2311-2340	3,57
10	Profissionais das ciências jurídicas	2410-2423	0,73
11	Profissionais das ciências sociais e humanas	2511-2531	1,47
12	Comunicadores, artistas e religiosos	2611-2631	1,01
13	Técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharia e afins	3001-3192; 3911-3912	1,73
14	Técnicos de nível médio das ciências biológicas, da saúde e afins	3201-3281	1,19
15	Professores leigos e de nível médio	3311-3341	0,88
16	Técnicos de nível médio em serviços de transportes	3411-3426	0,08
17	Técnicos de nível médio nas ciências administrativas	3511-3548	2,44
18	Técnicos de nível médio nos serviços culturais, da comunicação e desportos	3711-3773	0,48
19	Escriturários	4101-4152	6,83
20	Trabalhadores de atendimento ao público	4201-4241	3,28
21	Trabalhadores nos serviços domésticos em geral	5121	5,44
22	Trabalhadores dos serviços de transporte, turismo, alimentação, hotelaria e afins	5101; 5111-5114; 5131-5142	6,88
23	Trabalhadores dos serviços de saúde e cuidados pessoais	5102; 5151-5169	3,37
24	Trabalhadores dos serviços de proteção e segurança	5103; 5171-5174	2,21
25	Catadores, entregadores e outros trabalhadores dos serviços	5191-5199	1,66
26	Vendedores e prestadores de serviços do comércio	5201-5231	7,76
27	Vendedores a domicílios, em quiosques/barracas e ambulantes	5241-5243	1,75
28	Produtores rurais	6110-6139	3,70
29	Trabalhadores rurais, pescadores, caçadores e extrativistas	6201-6430	10,60
30	Trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil	7101-7170	8,57
31	Trabalhadores da indústria de transformação de metais e de compósitos	7201-7257	2,10
32	Trabalhadores da fabricação/instalação eletroeletrônica, de aparelhos de precisão e afins	7301-7524	0,41
33	Trabalhadores das indústrias têxteis, da madeira, mobiliário etc	7601-7772	3,40
34	Trabalhadores de funções transversais na indústria	7801-7842	5,64
35	Trabalhadores das indústrias de processos contínuos e outras indústrias	8101-8711	1,97
36	Trabalhadores do setor de manutenção, conservação e reparação	9101-9992	2,48

Fonte: PNAD 2013 (IBGE), elaboração própria.

O segundo passo, então, após terem sido criadas as categorias ocupacionais, é cruzar as categorias dos chefes de domicílio com as de seu cônjuge. Nesse ponto, conforme já comentamos anteriormente, há variações entre países que utilizam informações de amizade e países que utilizam informações de matrimônio. Chan e Goldthorpe (2004), por exemplo, utilizaram as informações ocupacionais dos entrevistados e de seu amigo mais próximo, já que contavam com um *survey* dessa natureza. No caso do Brasil, como não contamos com *surveys* que investiguem a ocupação de amigos, fizemos uso das informações dos cônjuges, presentes tanto nas PNADs quanto no Censos (IBGE).⁷

⁷ É importante lembrar que testes realizados por autores como Prandy e Lambert (2003) já mostraram que os resultados são bastante próximos, utilizando-se dados de amizade ou matrimônio.

No terceiro passo, depois de feito esse cruzamento, são calculados os percentuais de linha (que representam os chefes de domicílio), e então extraídos, para cada par de linhas, o índice de dissimilaridade.⁸

Finalmente, a matriz (ou metade dela) composta pelas dissimilaridades entre cada um dos pares de categorias ocupacionais é utilizada como *input* para uma análise de *multidimensional scaling* (MDSCAL).⁹ O objetivo aqui é representar nossas 36 categorias ocupacionais como pontos num espaço multidimensional, de modo que a MDSCAL busca, através de método iterativo, a solução cujas distâncias nesse espaço mais se aproximem às dissimilaridades observadas entre as categorias.¹⁰ Como resultado, somos capazes de reduzir os inúmeros índices de dissimilaridade em algumas poucas dimensões, facilitando a interpretação e identificação de algum padrão de distâncias sociais.

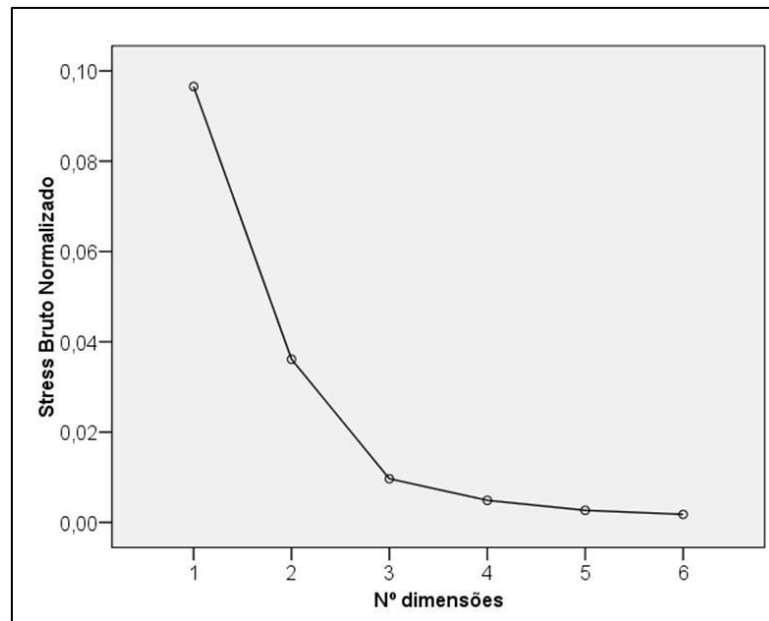
O primeiro procedimento na MDSCAL é definirmos o número de dimensões - ou eixos - que iremos trabalhar. Para tanto, toma-se como critério os valores de *stress*, que buscam fornecer uma medida do grau em que as distâncias computadas se aproximam das (dis)similaridades observadas. Basicamente, quando maior o valor do *stress*, menor o poder de explicação da análise. No gráfico abaixo nós temos os valores de *stress* segundo o número de eixos extraídos:

⁸ Muito utilizado em estudos sobre segregação espacial, esse índice é uma medida bastante conhecida e utilizada. O cálculo do mesmo é necessário porque a *multidimensional scaling*, utilizada posteriormente, toma como *input* dados de (dis)similaridade.

⁹ Nesta análise, utilizamos o modo intervalar de MDSCAL, selecionamos *Torgerson* como a configuração inicial, indicamos *stress convergence* e *minimum stress* em 0.000001, e 1,000 para o máximo de iterações.

¹⁰ Para uma exposição mais detalhada a respeito desta técnica, ver Borg et al. (2012).

Gráfico 01 - Valores de Stress da *Multidimensional Scaling*



Fonte: PNAD 2013 (IBGE), elaboração própria.

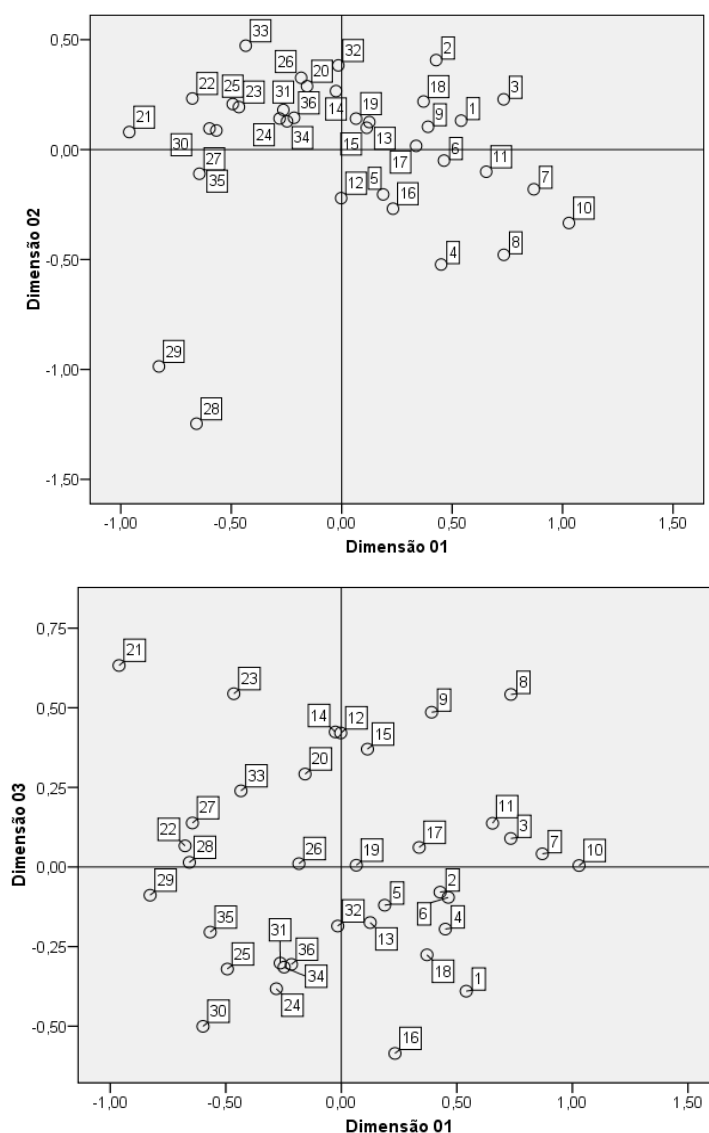
O valor de *stress* varia entre "0" e "1", assumindo valor "0" quando a solução apresentada pela MDSCAL representa perfeitamente as (dis)similaridades originais. Como podemos esperar, o *stress* decresce à medida que acrescentamos dimensões à análise. Na figura acima, vemos que há uma queda bastante acentuada quando passamos da solução com apenas uma dimensão para a solução com duas dimensões e, então, para a solução com três dimensões. A partir de três, entretanto, dimensões adicionais contribuem muito pouco para a redução de *stress*. Por essa razão, assim como Chan e Goldthorpe (2004), trabalharemos com a solução de três dimensões, cujo *stress* era de 0,096, indicando um ajuste bastante adequado aos dados.

O próximo passo, então, é interpretar essas três dimensões extraídas a partir da MDSCAL. Trata-se de um ponto fundamental para nossa análise, já que buscamos averiguar se alguma dessas dimensões poderia ser identificada como uma hierarquia de status social. Chan e Goldthorpe (2004), assim como Laumann (1966, 1973), Stewart et al. (1980) e outros, identificaram a primeira dimensão enquanto aquela que representaria status. No entanto, enquanto Chan e Goldthorpe (2004) procuram atribuir algum significado às outras duas

dimensões, associando-as ao percentual de mão de obra feminina (segunda dimensão) e, de modo menos preciso, à segregação do contexto ocupacional (terceira dimensão), os demais estudos não foram capazes de interpretá-las.¹¹

A fim de analisar o caso brasileiro, abaixo nós temos a projeção das categorias ocupacionais nos planos formados pelas três dimensões extraídas a partir da solução oferecida pela MDSCAL:

Gráfico 02 - Projeções Planas das Soluções da MDSCAL



Fonte: PNAD 2013 (IBGE), elaboração própria.

¹¹ As dimensões extraídas pela MDSCAL não são necessariamente interpretáveis, podendo apenas refletir variações resultantes de uma série de pequenos efeitos combinados.

O gráfico mais acima forma um plano a partir da primeira (eixo horizontal) e segunda (eixo vertical) dimensões. Já a figura mais abaixo cruza a primeira (eixo horizontal) com a terceira (eixo vertical) dimensão. Em ambas as figuras, os pontos acompanham marcadores indicando as categorias ocupacionais que representam, conforme apresentado na Tabela 01 (acima). Basicamente, pontos mais próximos indicam categorias ocupacionais entre as quais encontramos relações de matrimônio de modo mais típico, e maiores distâncias indicam menores chances desse tipo de relação entre as respectivas categorias.

Assim como ocorre nos estudos aplicados a outros países, acreditamos que também neste caso a primeira dimensão possa ser interpretada enquanto uma hierarquia de status social. Vemos que a categoria com *score* mais alto neste eixo, aquela que se encontra mais à direita nas figuras acima, é a dos Profissionais das Ciências Jurídicas (10), seguida dos Profissionais das Ciências Exatas, Física, Engenharia e afins (7), dos Profissionais das Ciências Biológicas, da Saúde e afins (8), dos Membros Superiores e Dirigentes do Poder Público (3), e dos Profissionais das Ciências Sociais e Humanas (11). No extremo oposto deste eixo, mais à esquerda, e com os *scores* mais baixos, nós identificamos os "Trabalhadores nos Serviços Domésticos (21), seguidos dos Trabalhadores Rurais (29) e dos Trabalhadores dos Serviços de Transporte, Turismo, Alimentação, Hotelaria e afins (22). Na próxima seção examinaremos essa primeira dimensão de modo mais detalhado.

Quanto aos outros eixos, vemos que, no caso da segunda dimensão, fica bastante evidente a maneira como as categorias ocupacionais rurais são discriminadas, se destacando das demais. Na primeira das duas figuras acima, as categorias 28 (Produtores Rurais) e 29 (Trabalhadores Rurais, Pescadores e Extrativistas) se opõem a todas as demais, localizando-se de modo claro, e isoladas, na parte inferior. Temos, portanto, uma dimensão que procura dar conta das peculiaridades dessas duas categorias, que se concentram em atividades primárias, no meio rural. Além disso, esse segundo eixo apresenta uma relação acentuada com a idade dos indivíduos. A correlação de Pearson entre esta dimensão e a média de idade dos indivíduos em cada uma das

categorias ocupacionais é de $-0,637^{12}$; quanto maior a média de idade dos indivíduos, menor tende a ser o *score* nesse eixo.

No caso do Brasil, portanto, a segunda dimensão discrimina as ocupações rurais e, além disso, ordena as categorias de acordo com a média de idade.

O terceiro eixo extraído, por sua vez, está relacionado à segregação de gênero presente nas categorias ocupacionais. A correlação de Pearson entre esta dimensão e o percentual de mulheres é bastante acentuada: $0,903^{13}$. Ou seja, quanto maior o *score* da categoria neste eixo, maior tende a ser o percentual de mão de obra feminina. Por essa razão, no topo desta dimensão encontramos a categoria dos Trabalhadores nos Serviços Domésticos (21), composta por 92% de mulheres, seguida dos Trabalhadores dos Serviços de Saúde e Cuidados Pessoais (23), com 88% de mão de obra feminina. No extremo oposto da escala, com percentuais muito baixos de participação feminina, temos categorias como Militares das Forças Armadas (1), Trabalhadores do Serviço de Proteção e Segurança (24), Trabalhadores da Indústria Extrativa e da Construção Civil (30) e Técnicos de Nível Médio em Serviços de Transportes (16).

Todas as três dimensões resultantes da MDSCAL podem ser interpretadas de modo significativo, o que corrobora nossa decisão de trabalhar com esse número de eixos. Ao contrário do que acontece no caso inglês, tratado por Chan e Goldthorpe (2004), é a nossa terceira dimensão, e não a segunda, que discrimina as categorias pelo percentual de mulheres. Além disso, o segundo eixo extraído possui uma interpretação bastante clara, destacando as ocupações rurais e, além disso, ordenando as categorias segundo a média de idade dos indivíduos.

Como o segundo e terceiro eixo se mostraram relacionados com segregação de gênero, contexto urbano ou rural e idade, podemos esperar que a primeira dimensão se encontre "livre" desses fatores, que poderiam confundir nossa interpretação da mesma enquanto uma hierarquia de status. A fim de melhor

¹² Correlação significativa ao nível de $p < 0,000$.

¹³ Correlação também significativa ao nível de $p < 0,000$.

examinar essa hierarquia, na próxima seção nos dedicaremos à análise do primeiro eixo extraído.

3.1 Hierarquia de status

É interessante observarmos que a primeira dimensão extraída de nossa análise, a qual examinaremos sua validade enquanto uma hierarquia de status, tenha os "Profissionais das Ciências Jurídicas" no topo, e os "Empregados Domésticos" ocupando a última posição. A tabela abaixo traz as categorias ordenadas segundo seu *score* nesta escala, facilitando a visualização dessa hierarquia:

Tabela 02 - Categorias Ocupacionais, por sua Posição na Hierarquia de Status, Scores e Participação na População Ocupada (%) - Brasil, 2013

Posição	Categorias	Scores	% acum.
1	Profissionais das ciências jurídicas	1,03	0,7
2	Profissionais das ciências exatas, física, engenharia e afins	0,87	1,8
3	Membros superiores e dirigentes do poder público	0,73	2,0
4	Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins	0,73	3,4
5	Profissionais das ciências sociais e humanas	0,65	4,8
6	Militares das forças armadas	0,54	5,2
7	Gerentes de áreas de apoio	0,46	6,5
8	Dirigentes de empresas e organizações	0,45	7,8
9	Policiais e bombeiros	0,43	8,3
10	Profissionais do ensino	0,39	11,9
11	Técnicos de nível médio nos serviços culturais, da comunicação e desportos	0,37	12,4
12	Técnicos de nível médio nas ciências administrativas	0,34	14,8
13	Técnicos de nível médio em serviços de transportes	0,23	14,9
14	Gerentes de produção e operação	0,19	17,1
15	Técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharia e afins	0,13	18,9
16	Professores leigos e de nível médio	0,11	19,7
17	Escriturários	0,06	26,6
18	Comunicadores, artistas e religiosos	0,00	27,6
19	Trabalhadores da fabricação/instalação eletroeletrônica, de aparelhos de precisão e afins	-0,02	28,0
20	Técnicos de nível médio das ciências biológicas, da saúde e afins	-0,03	29,2
21	Trabalhadores de atendimento ao público	-0,16	32,5
22	Vendedores e prestadores de serviços do comércio	-0,18	40,2
23	Trabalhadores do setor de manutenção, conservação e reparação	-0,22	42,7
24	Trabalhadores de funções transversais na indústria	-0,25	48,3
25	Trabalhadores da indústria de transformação de metais e de compósitos	-0,26	50,4
26	Trabalhadores dos serviços de proteção e segurança	-0,28	52,7
27	Trabalhadores das indústrias têxteis, da madeira, mobiliário etc	-0,43	56,1
28	Trabalhadores dos serviços de saúde e cuidados pessoais	-0,47	59,4
29	Catadores, entregadores e outros trabalhadores dos serviços	-0,49	61,1
30	Trabalhadores das indústrias de processos contínuos e outras indústrias	-0,57	63,1
31	Trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil	-0,6	71,6
32	Vendedores a domicílios, em quiosques/barracas e ambulantes	-0,64	73,4
33	Produtores rurais	-0,66	77,1
34	Trabalhadores dos serviços de transporte, turismo, alimentação, hotelaria e afins	-0,68	84,0
35	Trabalhadores rurais, pescadores, caçadores e extrativistas	-0,83	94,6
36	Trabalhadores nos serviços domésticos em geral	-0,96	100,0

Fonte: PNAD 2013 (IBGE), elaboração própria.

Muitas das características da hierarquia descrita acima são semelhantes às escalas desenvolvidas em países como Inglaterra, Chile, Estados Unidos etc. O primeiro ponto, bastante importante, diz respeito à parte superior da tabela, acima da linha tracejada que separa aproximadamente as categorias com score mais elevado que somavam 20% da mão de obra ocupada no país em 2013. Também no caso brasileiro percebemos a tendência de os profissionais ocuparem as posições de status superior, em geral acima dos Gerentes e Dirigentes de empresas. É na parte de cima que encontramos, além dos

Profissionais das Ciências Jurídicas, os Profissionais das Ciências Exatas, Física, Engenharia e afins, os Profissionais das Ciências Biológicas, da Saúde e afins e os Profissionais das Ciências Sociais e Humanas.

Essa supremacia dos profissionais em relação aos proprietários, gerentes e administradores pode ser considerada um primeiro indicador de que nossa escala exprime uma hierarquia de status, dado que parte da literatura sobre o tema destaca a maior importância do capital cultural, em relação ao capital econômico, sobre o prestígio dos grupos sociais (Bourdieu, 2008; Chan e Goldthorpe, 2004; Weber, 1953).

Entre os Gerentes e Dirigentes, destacam-se os Membros Superiores e Dirigentes do Poder Público, ocupando a terceira posição, em meio aos profissionais. Gerentes de Área de Apoio e Dirigentes de Empresas e Organizações ocupam, respectivamente, a sétima e oitava posições. Já a categoria dos Gerentes de Produção e Operação, que engloba muitos pequenos proprietários, ficou apenas na décima quarta colocação. De todo modo, a tendência é de encontrarmos, no topo dessa hierarquia, os profissionais, membros do poder público, dirigentes e gerentes.

Além destes, é muito interessante a presença, ainda no topo da tabela, dos Militares das Forças Armadas, na sexta posição, e dos Policiais e Bombeiros, na nona posição, em meio, portanto, às categorias citadas no parágrafo anterior. Sabemos que não se trata de ocupações com grande poder econômico, ou chances no mercado próximas/semelhantes à de profissionais e/ou dirigentes. Caso nossa escala representasse poder econômico, dificilmente essas categorias estariam ocupando seu topo. Sabemos, também, que categorias militares sempre tiveram a tendência de ocupar, ao longo da história, posições de status social relativamente elevado.¹⁴ Nesse sentido, a posição dessas categorias, próximas ao topo de nossa escala, reforça sua interpretação enquanto uma hierarquia de status.

Já mais próximos da base da tabela, localizamos principalmente as categorias de trabalhadores manuais, o que também é bastante semelhante ao que foi

¹⁴ Vide o tradicional sistema Hindu de castas na Índia, onde a segunda casta (*Kshatriya*) era a dos militares, com a função de proteger a sociedade (Lensky, 1966).

encontrado em outros países (Chan, 2010). Abaixo da linha tracejada, que separa as categorias inferiores que agregavam aproximadamente 40% da população ocupada no Brasil em 2013, encontramos alguns dos grupos de trabalhadores da indústria (construção civil, extrativa etc.), dos serviços (cuidados pessoais, catadores, entregadores e domésticos), do setor rural e, também, vendedores a domicílio, em quiosques/barracas e ambulantes.

Nesta parte inferior é interessante notarmos que as categorias do setor rural não ocupam as últimas posições - que seria o esperado caso se tratasse apenas de uma escala indicadora de distâncias sociais. Isso acontece, é claro, por conta da extração de outras dimensões, que "livraram" essa escala dos efeitos de fatores externos, como a divisão rural/urbano, reforçando sua interpretação enquanto uma hierarquia de status. Como já mencionamos, a categoria que ocupa a última posição não é a dos Trabalhadores Rurais, mas sim a dos Trabalhadores nos Serviços Domésticos. Tais resultados reforçam sua interpretação como uma hierarquia de status.

Já na seção intermediária desta escala encontramos, principalmente, Técnicos de Nível Médio, Professores de Nível Médio, Escriturários, Trabalhadores de Atendimento ao Público e Vendedores e Prestadores de Serviço do Comércio, entre outras categorias. Na camada intermediária da hierarquia, especialmente entre as posições de número 11 e 22, concentram-se, portanto, técnicos (nível médio), trabalhadores não manuais de rotina e/ou do comércio. A partir da posição de número 23, até a última categoria, concentram-se os trabalhadores da indústria, rurais e dos serviços - com algumas exceções.

Assim como acontece para outros países, há uma clara relação desta hierarquia com o caráter manual ou não das ocupações, de maneira que aquelas categorias onde as tarefas sejam de cunho manual tendem a apresentar *scores* mais baixos. Como nas sociedades modernas, devido à complexidade da divisão do trabalho, ao crescimento do setor de serviços etc., não podemos estabelecer uma clara divisão entre setor manual e não manual, categorias intermediárias – como técnicos e empregados/trabalhadores no serviço e comércio – tendem a ocupar as posições do meio daquela hierarquia.

É possível, então, observarmos certa lógica na escala apresentada, descrita nos parágrafos acima, que de uma maneira geral se assemelha ao que ocorre em outros países, e que corrobora nossa interpretação enquanto uma hierarquia de status.

4. CONCLUSÕES

Os resultados apresentados neste trabalho nos possibilitam responder às questões que havíamos colocado inicialmente. Parece haver uma clara hierarquia de status do Brasil, na qual os profissionais, seguido dos administradores e militares, ocupam seu topo, e os trabalhadores manuais se encontram em sua base, sendo os trabalhadores domésticos a categoria com menor status. De um modo geral, então, nessa hierarquia nós temos as ocupações não manuais em seu topo e as ocupações manuais em sua base, salvo algumas exceções. Tais características foram, também, encontradas em outros países, e já podem ser consideradas uma tendência bem consolidada das escalas de status, apesar das peculiaridades de cada sociedade.

Tais resultados foram alcançados graças ao desenvolvimento inédito de uma escala de status social para o Brasil. Tomando como referência o trabalho de Chan e Goldthorpe (2004, 2007), utilizamos as informações cruzadas das categorias ocupacionais de chefes de domicílio, e seus cônjuges, como indicadores de distância social, a partir dos quais a escala foi criada – fazendo uso da técnica de *optimal scaling*. Acreditamos que o desenvolvimento desta escala pode proporcionar um grande avanço nos estudos sobre status social.

Consideramos essencial buscarmos maneiras efetivas de estudar essa dimensão da estratificação no Brasil, já que se trata de uma sociedade reconhecidamente marcada pelas distâncias e hierarquias sociais (Matta, 1979; Freyre, 1961, 1936; Fernandes, 2006; Souza, 2006). Com efeito, os resultados alcançados por nós corroboram essa interpretação, já que evidenciam uma clara estruturação das distâncias sociais, trazendo importantes evidências

sobre as características da hierarquia de status presente no país. Esperamos que este trabalho sirva, portanto, como ponto de partida para uma agenda de pesquisa mais ampla, que tem como meta analisar empiricamente as desigualdades por status no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLAU, Peter M.; DUNCAN, Otis Dudley. (1967), *The American Occupational Structure*. Nova York, Free Press.

BORG, Ingwer; GROENEN, Patrick JF; MAIR, Patrick. (2012), *Applied Multidimensional Scaling*. Heidelberg, Springer.

BOURDIEU, Pierre. (2008), *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo, Edusp.

CHAN, Tak Wing. (2010), *Social Status and Cultural Consumption*. Cambridge, Cambridge University Press.

CHAN, Tak Wing; GOLDTHORPE, John H. (2007), "Class and Status: the conceptual distinction and its empirical relevance." *American sociological review*, 72, 4; 512-532.

CHAN, Tak Wing; GOLDTHORPE, John H. (2004), Is There a Status Order in Contemporary British Society? Evidence from the occupational structure of friendship. *European Sociological Review*, 20, 5: 383-401.

FERNANDES, Florestan. (2006), *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo, Globo Livros.

FREYRE, Gilberto. (1961), *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 2a edição, Rio de Janeiro, José Olympio.

FREYRE, Gilberto. (1936), *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil*. São Paulo, Companhia editora nacional.

GOLDTHORPE, John H. "Social Class and the Differentiation of Employment Contracts". In: GOLDTHORPE, J. *On Sociology: numbers, narratives, and the integration of research and theory*. Oxford University Press, 2000.

GRUSKY, David. (2008), *Social Stratification. Class, Race, and Gender in Sociological Perspective*. 3a edição, Colorado/EUA, Westview Press.

LAUMANN, Edward O. (1973), *Bonds of pluralism: The form and substance of urban social networks*. Nova York/EUA, J. Wiley.

LAUMANN, Edward O.; GUTTMAN, Louis. (1966), "The Relative Associational Contiguity of Occupations in an Urban Setting". *American Sociological Review*, 31, 2: 169-78.

LENSKI, Gerhard Emmanuel. (1966), *Power and Privilege: a theory of social stratification*. North Carolina/EUA, UNC Press Books.

MATTA, Roberto da. (1979). *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro, Rocco.

MARSHALL, Thomas H. (1950), *Citizenship and Social Class*. Cambridge/UK, Cambridge University Press.

PRANDY, Kenneth; LAMBERT, Paul. (2003), "Marriage, Social Distance and the Social Space: an alternative derivation and validation of the Cambridge Scale." *Sociology*, 37, 3, 397-411.

SCALON, Maria Celi. (1999), *Mobilidade Social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro, Editora Revan.

SOUZA, Jessé. (2006), *A Construção Social da Subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte, Editora UFMG.

STEWART, Alexander; PRANDY, Kenneth; BLACKBURN, Robert Martin. (1980), *Social Stratification and Occupations*. Londres, Macmillan.

TREIMAN, Donald J. (1977), *Occupational prestige in comparative perspective*. Nova York, New York Academic Press.

WEBER, Max. (1953), "Class, Status and Power", *in*: R. Bendix & S.M. Lipset (org.), *Class, Status and Power : a reader in social stratification*, Glencoe, Free Press.

WEEDEN, Kim A.; GRUSKY, David B. (2004), "Are there any big classes at all?". *Research in Social Stratification and Mobility*, 22, :3-56.

WRIGHT, Erik Olin. (1989), *The Debate on Classes*. Londres, Verso.